

Sindsep realizará Planejamento Estratégico das ações da nova gestão

Com o objetivo de preparar as ações de mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras, edificar a luta em defesa da valorização dos servidores e a luta por serviços públicos de qualidade, o Sindsep/MA realizará de 26 a 27 de junho o planejamento estratégico da gestão 2025/2029.

O evento que acontecerá no hotel Praia Mar com a participação de toda a diretoria, será coordenado pela técnica Elna Maria de Barros Melo, com larga experiência sobre o mundo do trabalho e organização sindical.

Para o presidente do Sindsep/MA, João Carlos Lima Martins, a direção do sindicato precisa estar engajada na luta em defesa dos serviços públicos e consequentemente na valorização dos servidores(as). Para tanto, somente com organização e planejamento poderão executar as ações necessárias com êxito.

“Esse é um momento importante para o planejamento e construção das ações do nosso sindicato para os próximos anos. Nesse sentido fomos buscar uma profissional com grande capacidade de nos ajudar a montar o planejamento

estratégico desta gestão com foco no fortalecimento da nossa Entidade em busca de resultados”, afirmou João Carlos Lima Martins, presidente do Sindsep/MA.

Durante o planejamento, um ponto que deve ser bastante explorado trata da ameaça de setores do Congresso Nacional de acelerar a tramitação novamente da famigerada PEC 32, que com a justificativa de modernizar o setor público, na realidade tem como resultado a extinção dos serviços públicos.

Somente com a união de todos os sindicatos, organização dos trabalhadores(as) e planejamento estratégico das ações poderão mais uma vez barrar o ímpeto desses deputados que insistem em entregar para o setor privado as atribuições do setor público, visando apenas lucro, sem a preocupa-



ção de atender as necessidades reais da sociedade que depende dos serviços públicos.

“Somente com organização e planejamento poderemos impedir essa tragédia – PEC32 – que não reforma nada, apenas destrói esse patrimônio que é o serviço público brasileiro. O Planejamento estratégico nos proporcionará conhecimento e a devida organização para mais uma vez derrotarmos esses inimigos do Brasil”, disse João Carlos Lima Martins.



17ª

PLENÁRIA JOÃO BATISTA GOMES, JOÃOZINHO

CUT

NOVOS TEMPOS, NOVOS DESAFIOS

Três Esferas convocam Jornada contra tentativa no Congresso de 'requentar' PEC 32

Entidades filiadas à CUT que compõem a Aliança das Três Esferas em reunião realizada nessa segunda-feira, 23, aprovaram a convocação de uma **Jornada de Lutas, de 1º a 14 de julho**, contra a tentativa no Congresso Nacional de colocar em votação, sem o devido debate, uma reforma administrativa que 'requenta' e retoma, em muitos aspectos, a famigerada Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 32/20), proposta pelo ex-ministro da Economia Paulo Guedes do governo de Jair Bolsonaro (PL), que privatizava o serviço público.

A Aliança das Três Esferas é formada pelas entidades sindicais: Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (**Condsef/Fenadsef**), Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (**Confetam**), Federação Nacional dos Servidores e Empregados Públicos Estaduais (**Fenasepe**), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (**CNTE**), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (**CNTSS**), Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (**Sinagências**) e a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (**Proifesp**).

Para ampliar a mobilização e fortalecer a unidade buscando o debate necessário sobre o tema, a Aliança das Três Esferas referendou um calendário de atividades e sinaliza a participação em atividades nesse período decisivo para

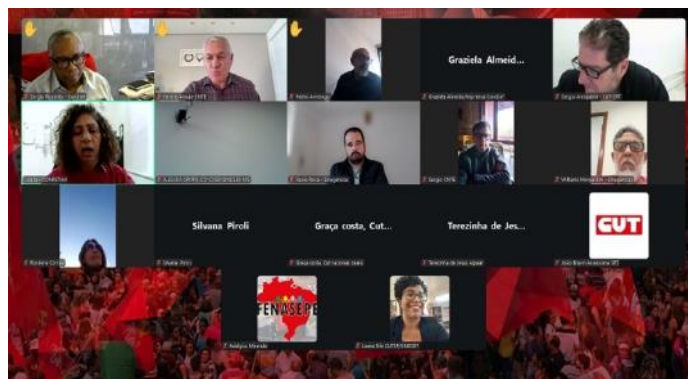
os rumos da luta em defesa dos serviços públicos.

Por mais que haja a tentativa de dar um ar democrático ao Grupo de Trabalho (GT), criado pelo presidente da Câmara Federal, Hugo Motta (Republicanos-PB), com a tarefa de apresentar um relatório final até o dia 14 de julho, as entidades representativas dos servidores federais, estaduais e municipais são unânimes em alertar: não se trata de uma reforma administrativa, é a demolição dos serviços públicos brasileiros.

Pedro Armengol, secretário-adjunto de Relações de Trabalho da CUT Nacional, que atua na Aliança das Três Esferas, critica a forma como o GT da Câmara vem atuando, sem sequer convidar a CUT, as demais centrais e sindicatos dos servidores para serem ouvidos nas audiências convocadas pela Casa.

A advogada do escritório LBS que assessora a CUT nacional, Camila Cândido, que vem acompanhando as negociações entre a Aliança das Três Esferas e o governo federal concorda com Armengol de que o Congresso Nacional não tem o direito de legislar sobre esse tema que é de competência da União.

“A iniciativa de leis para alterações sobre direitos dos servidores públicos é do Presidente da República e, não sabemos ainda como será articulado eventual processo legislativo. Pelo teor das mu-



danças que indicaram até o momento, precisaria ser uma Emenda à Constituição. O processo legislativo deflagrado pela Câmara dos Deputados já nasceria com vício de iniciativa, uma inconstitucionalidade formal”, explica Camilla.

A ideia de Hugo Motta é de que em 45 dias, a partir do início dos trabalhos do GT, seja apresentada uma proposta de reforma administrativa, colocando em risco os direitos dos servidores públicos e o atendimento à população.

A advogada da LBS chama a atenção para o perigo de que a Câmara libere os contratos temporários no funcionalismo público, prática que vem sendo largamente utilizada por governos municipais e estaduais, de forma extremamente precarizada.

Segundo Camilla, a Constituição Federal traz limitações da contratação temporária, que pode ser feita emergencialmente para cobrir uma demanda, mas não permite a forma como tem sido feita atualmente pelos governos de estados e municípios.

Matéria completa em cut.org.br